

anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

LUTA POR MORADIA, INICIATIVA PRIVADA E ESTADO: CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

*FIGHT FOR HOUSING, PRIVATE INITIATIVE AND STATE: CONTRADICTIONS
IN THE URBANIZATION PROCESS OF THE NORTHWEST REGION OF
GOIÂNIA*

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10736322>
Envio: 10/11/2023 ◆ Aceite: 16/12/2023



Daniela Braga Santos

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB), especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (Reabilita), pela Universidade de Brasília- UNB. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (2022). Integrante do grupo de pesquisa "Topos - Paisagem, Projeto e Planejamento".



Carolina Pescatori Candido da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB). Doutora pelo PPG-FAU/UnB em Teoria e História da Cidade e do Urbanismo. Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), em Portugal, com pesquisa sobre as relações sociais na cidade dispersa (2021-2022).

Cruzamento das Avenidas Carrinho Cunha e Eurico Viana, com vista no horizonte da Região Noroeste de Goiânia. Foto: Pedro Henrique Máximo Pereira, 2019

anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

Resumo: O artigo traz uma interpretação histórica da transformação da Região Noroeste de Goiânia e discute as contradições entre o déficit habitacional, a dinâmica imobiliária da iniciativa privada e o poder do Estado. Essa discussão se dá por meio da análise de mapas históricos da região e análise de narrativas encontradas no "Jornal informativo do Movimento do custo de vida do Estado de Goiás", popularmente conhecido como "Voz dos trabalhadores", fonte histórica que registrou a organização política do movimento local de habitação social. Assim, o artigo reflete os embates político-sociais que a população de baixo poder aquisitivo sofreu durante a ocupação da Região Noroeste.

Palavras-chave: Região Noroeste de Goiânia, Goiânia, Jornal Informativo, Planejamento urbano.

Abstract: The article provides a historical interpretation of the transformation of the Northwest Region of Goiânia. It discusses the contradictions between the housing deficit, the private enterprise's real estate dynamics, and the state's power. This discussion takes place through the analysis of historical maps of the region. And the analysis of narratives found in the "Jornal informativo do Movimento do custo de vida do Estado de Goiás", popularly known as "The Voice of the Workers", a historical source that recorded the political organization of the local social housing movement. In this way, the article reflects the political and social clashes that the low-income population suffered during the occupation of the Northwest Region.

Keywords: Northwest Region of Goiânia, Goiânia, Jornal Informativo, Urban Planning.

INTRODUÇÃO

Goiânia, assim como muitas cidades novas, teve um grande crescimento populacional em seus primeiros anos de existência, ganhando enormes contingentes de novos habitantes atraídos pelas oportunidades geradas pela construção de uma nova capital. Cidade planejada como parte de um longo processo de ocupação do interior do país, dinamizou a economia na região e colaborou para a fixação de população no interior do Goiás, sendo hoje uma cidade com 1.437.366 habitantes e centro de uma metrópole regional (IBGE, 2024). No entanto, da mesma forma que várias cidades novas, Goiânia não escapou às contradições do processo de urbanização periférico latino-americano. O plano urbanístico inicial foi insuficiente para abrigar aqueles contingentes populacionais e, principalmente, para atender às demandas por moradia de baixo custo da classe trabalhadora migrante, sendo, desde o princípio, ultrapassado pelas dinâmicas urbanas que ele mesmo atraiu.

Este trabalho problematiza as contradições do processo de urbanização de Goiânia a partir de fontes documentais primárias (leis de planos e jornais informativos "Voz dos trabalhadores" de 1979), que permitiram compreender o processo de segregação social e urbana da população de baixo poder aquisitivo, e como esta se articulou política e socialmente para resistir e permanecer no território da nova capital goiana. O objetivo é apontar quais ações do Estado e do capital imobiliário estimularam a ocupação da Região Noroeste de Goiânia, e como uma área destinada a ser um espaço rural passou a ser precariamente urbanizada, aumentando a taxa de crescimento periférico decorrente do crescimento da capital.

O artigo está estruturado em três momentos: 1) uma breve contextualização do processo de urbanização de Goiânia; 2) a problematização dos parcelamentos urbanos sem infraestrutura e 3) o início da ocupação da Região Noroeste pela população de baixo poder aquisitivo. Este processo demonstra que a Região Noroeste perdeu sua função de fonte de abastecimento hídrico da capital para ser integrada no processo capitalista de ocupação urbana.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA

Rodvalho (2008) divide o processo de urbanização de Goiânia em quatro fases distintas: 1ª fase (1937–1950), a 2ª fase (1950–1968), 3ª fase (1968–1992) e a 4ª fase (1992–2007). A primeira fase marca o período de implementação do plano urbano inicial a partir do desenvolvimento do projeto para a nova capital de Atílio Correa Lima, posteriormente modificado por Armando de Godoy, com o zoneamento que distribuía as atividades administrativas, comerciais e de moradia. Nesse momento o Estado ainda administrava e controlava a expansão da cidade.

A segunda fase (1950–1968) foi caracterizada pela especulação imobiliária com parcelamentos de iniciativa privada. O Golpe de 1964 impediu a implantação do Plano Diretor elaborado pelo arquiteto Luís Saia (1960–1964), e Goiânia só retomou seu processo de planejamento no final da década de 1960, com o Plano

Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDIG) do arquiteto Jorge Wilhelm (1968–1969) (RODOVALHO, 2008, p.43). Em síntese, essa fase se caracterizou pela saturação da infraestrutura urbana e pelo grande crescimento populacional (típico das cidades novas), agravado, “pelo excesso de parcelamentos realizados sem critérios de urbanização” (RODOVALHO, 2008, p.44).

Em 16 de março de 1950, foi aprovada a Lei n.º 176, que revogou os artigos da Lei Municipal n.º 574 de 1947 que exigiam a implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor. Assim, entre 1950 e 1959, exigiu-se dos empreendedores apenas a locação dos lotes e abertura dos logradouros. Estes só poderiam ser pavimentados após receberem rede de água e esgoto, mas a lei não definia às custas de quem tais obras seriam feitas (MOTA, 2004, p.42). Assim, para a autora supracitada, entre 1950–1959 houve uma “explosão” da cidade planejada, pois “(...) não havia regulação de uso e ocupação do solo nos novos loteamentos, e o zoneamento aprovado em 1947 (Decreto n.º 574) incidia apenas na área planejada da cidade, sobre os bairros já implantados (...)” (ibid., p. 42). Os loteamentos privados foram proibidos novamente apenas em 1959 sob a gestão do prefeito Jaime Camara (MOTA, 2004).

Neste período, Goiânia se tornou um polo atrativo de migrantes, consequência de um intenso êxodo rural provocado pela industrialização do campo. A população de Goiânia na década de 1940 era estimada de 48 mil habitantes, e logo em 1950 passou para aproximadamente 53 mil pessoas, o que ultrapassava os 50 mil habitantes previstos pelo projeto original (década de 30), processo que viria a se intensificar nos anos seguintes com a construção de Brasília.

A partir do final dos anos 1960 até o início dos anos 1990, compreende a terceira fase (1968–1992) do processo de urbanização de Goiânia, quando a cidade passou por um “processo de regulamentação, adotando percentuais mínimos para a qualidade de vida urbana” (RODOVALHO, 2008, p. 48) e retomando as práticas de planejamento e a aplicação de leis urbanísticas mais específicas. Nele se destaca o PDIG/69, entre 1975 e 1991; a implantação parcial do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU em 1985) e a criação do Aglomerado Urbano de Goiânia em 1980, como consequência da expansão da cidade.

O PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia), elaborado pelo escritório de Jorge Wilhelm, estabeleceu diretrizes para a rede viária, destinada ao transporte público, como elemento regulador do espraiamento urbano e integrador das áreas periféricas à malha urbana consolidada. O plano propôs vias preferenciais de expansão e desenvolvimento no sentido Leste-Oeste, paralelas à Avenida Anhanguera, como se pode ver na Figura 1, e vias de integração no sentido norte-sul, paralelas à Avenida Goiás.

Além disso, o PDIG estabeleceu normas urbanísticas para evitar o crescimento urbano com loteamentos sem infraestrutura e sem serviços públicos, estabelecendo “a exigência de destinação de no mínimo 35% da gleba para o sistema de circulação, recreação e uso institucional, sendo que 15%, do total, seriam destinados à recreação e aos equipamentos públicos em áreas indicadas

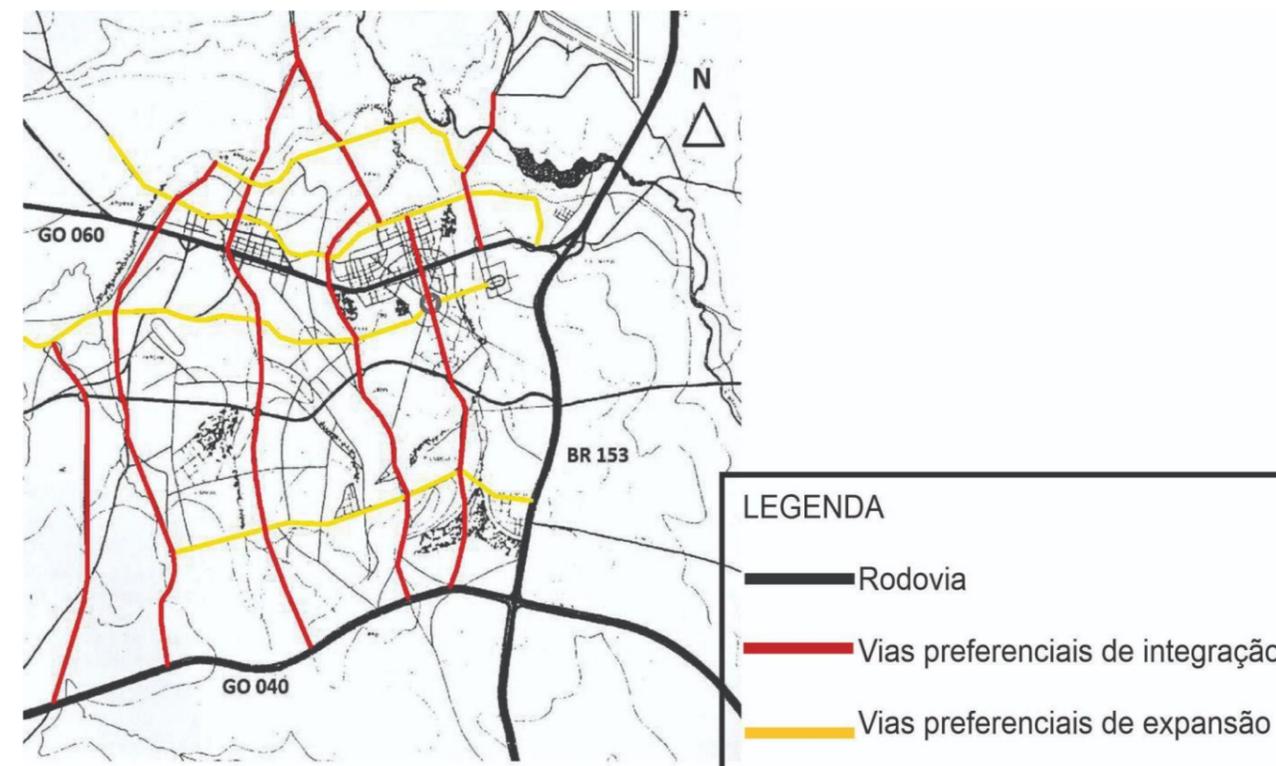


Figura 1 - Estrutura viária, proposta pelo PDIG (1969)
Fonte: Resende; Vilarinho (2017)

pelos órgãos de planejamento da prefeitura (GOIÁS, 2017, p.47–48). O plano, assim, “orientou o crescimento de Goiânia para o oeste por meio da consolidação da infraestrutura para aquela região”, de forma que “com a instalação de malha viária e a pavimentação asfáltica”. A expansão também foi condicionada às regiões sul, sudoeste e oeste, o que foi reafirmado na reformulação do plano em 1992 (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, p.152).

Outra contribuição importante do PDIG foi a criação de órgãos ligados ao planejamento, como a SUPERPLAN (Superintendência do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia), criada em 26 de setembro de 1969 como uma autarquia, posteriormente chamada IPLAN (Instituto de Planejamento Municipal).

Apesar de todas essas ações e iniciativas, a década de 1970 foi marcada pela expansão da cidade por novos parcelamentos urbanos que lotearam áreas até então agrícolas (GOIÁS, 2017). Esses, novos parcelamentos urbanos eram isolados e segregados da malha urbana edificada da cidade, problema que o PDIG não conseguiu restringir, contribuindo assim para um processo de dispersão da cidade.

Ainda na terceira fase do processo de urbanização de Goiânia, a década de 1980 foi muito importante, com a intensificação das ocupações irregulares e a busca do Estado por soluções que ganharam força nos anos 1990. Isso decorre da

repercussão das ações dos movimentos sociais, da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Cidade em 2001¹.

Segundo Moraes (2003, p. 234), foi na década de 1980 que a ação do Movimento Popular de Moradia, incluindo a FEGIP (Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros), CPU (Certificado de Posse Urbana), MLCP (Movimento de Luta pela Casa Própria) e COPHG (Cooperativa Habitacional Popular) fizeram com que o “Estado voltasse a investir na criação de loteamentos populares visando promover o assentamento das famílias que moravam em áreas de risco, (...)” uma vez que nesse mesmo período não havia registro de parcelamentos urbanos voltados para as famílias de baixa renda em Goiânia. Assim, o intuito principal do Estado, para a autora, era que esses investimentos desarticulassem a mobilização política e social dos movimentos por moradia.

Maricato (2015) problematiza a proposta de Reforma Urbana, que vigorou nos anos 1980, com a emergência do Movimento pela Reforma Urbana. Este, gerenciado por iniciativas da Igreja Católica, principalmente a CPT (Comissão Pastoral da Terra), tinha intenção de assessorar e unificar as lutas urbanas pontuais que ocorriam nas grandes cidades, como Goiânia, a partir dos anos de 1970. Com isso, criou-se, no início dos anos de 1980, a ANSUR (Articulação Nacional do Solo Urbano) que seria responsável pela compilação das principais demandas dos movimentos sociais para que houvesse a sua unificação.

Nesse momento, também se ressalta que o IPLAN (Instituto de Planejamento Municipal), que era o órgão responsável pelo desenvolvimento do planejamento físico-territorial de Goiânia, acaba por ter um “esvaziamento político de suas funções, acompanhado de um esvaziamento de seu quadro técnico”. Por não corresponder em seus programas e projetos urbanos e de abrangência socioeconômica aos interesses particulares que exerciam alguma influência política nos poderes Legislativo e Executivo (AMARAL, 2018, p. 11). Como consequência, nos anos de 1980, há uma fragilidade no corpo técnico do IPLAN, que só retoma a sua função de gerenciamento urbano em 1988, com a nova Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município (1990) e a renovada discussão sobre o novo Plano de Desenvolvimento para Goiânia. Com isso, houve uma reestruturação interna, que criou a SEPLAN, Secretaria Municipal de Planejamento, (AMARAL, 2018).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 apresentou o princípio da função social da propriedade que, como explica Quinto Jr. (2003, p. 191), é a incorporação da “organização do espaço físico como fruto da regulação social”. Ou seja, a Constituição Federal abordou como direito fundamental o acesso à habitação, contemplando o direito à moradia digna a todos os moradores da cidade, mesmo aqueles que não adentravam ao mercado formal da produção capitalista. Isso, “delineou um novo contexto para as políticas públicas urbanas com a necessidade constitucional dos municípios incorporarem esse novo papel

da propriedade privada” (LIMA, 2011, p. 89). Para Rolnik (2015, p. 357), a política urbana na Constituinte de 1988 e “os artigos 182 e 183 acabaram por dizer que a cidade cumprirá sua função social quando seu processo de produção for controlado pelo Estado, através do planejamento urbano”. Isso, por sua vez, encontrou nos agentes sociais privados, ou seja, grupos ligados à incorporação imobiliária e de natureza técnico-corporativa, forte oposição e pressão quanto “à manutenção do regime jurídico da propriedade do solo e seu correlato, à legislação urbanística de loteamento, uso e ocupação do solo em vigor” (ibid., p. 358).

Nesse sentido, estabelecemos a conexão entre o crescimento de Goiânia, provocado tanto pelo poder público estadual goiano quanto pela iniciativa privada, com a implantação e autorização de parcelamentos urbanos irregulares. Isso porque, os parcelamentos urbanos irregulares eram um resultado dos problemas e limitações do planejamento urbano da cidade. Segundo Resende; Vilarinho (2017, p. 12), o crescimento desordenado ocorreu em consequência da “transferência” da gestão do espaço público para a privado para amenizar a “elevação crescente de custos de infraestrutura” por parte do Estado.

No final da terceira fase, entre 1989 e 1992, “a ênfase foi dada às diretrizes e aos instrumentos de promoção e desenvolvimento do Município, bem como àqueles de controle e fiscalização do exercício e das atividades urbanas, que formaram a tônica da proposta discutida” (SEPLANH 2019, n.p.). Houve uma retomada do planejamento urbano com um novo Plano de Desenvolvimento Integrado, o PDIG-2000, cujo objetivo era solucionar tanto os problemas encontrados na cidade, quanto se adequar à Constituição de 1988 e à Lei Orgânica do Município. No entanto, da mesma forma que em diversos municípios brasileiros, o PDIG-2000 teve muitas limitações para efetivar suas propostas dadas sua pouca aplicabilidade pela não regulamentação dos seus instrumentos urbanísticos (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2007, p. 130).

O período de 1992–2007, a quarta fase da urbanização goiana, tem como característica a implementação de um novo Plano Diretor para atender às exigências estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, “introduzindo conceitos como função social da propriedade e sustentabilidade do meio ambiente urbano” (RODOVALHO, 2008, p. 49). O novo plano, a Lei Complementar n.º 171/2007, teve “como objetivo principal o desenvolvimento sustentável” e a construção de um espaço socialmente melhor, de modo a promover “a sustentabilidade socioambiental e econômica, para consolidação de Goiânia como Metrópole Regional” (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2007, p. 130). Esse novo plano diretor tinha como proposição original “o fim do zoneamento tradicional, tornando todo o município em zona urbana e, portanto, sob a administração municipal” (RODOVALHO, 2008, p.52). Nesse período, para a autora, a política urbana do Estatuto da Cidade contribuiu para o Plano Diretor,

¹ O Estatuto da Cidade instituído pela LEI N.º 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, que Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal.

uma vez que com o estudo prévio se reduziria o gasto público com a “alocação” da infraestrutura urbana. Além disso, o poder público passaria a ter mais controle sobre o município. Sendo assim, o PDIG-2000 tem um caráter mais tecnicista que o anterior por conter:

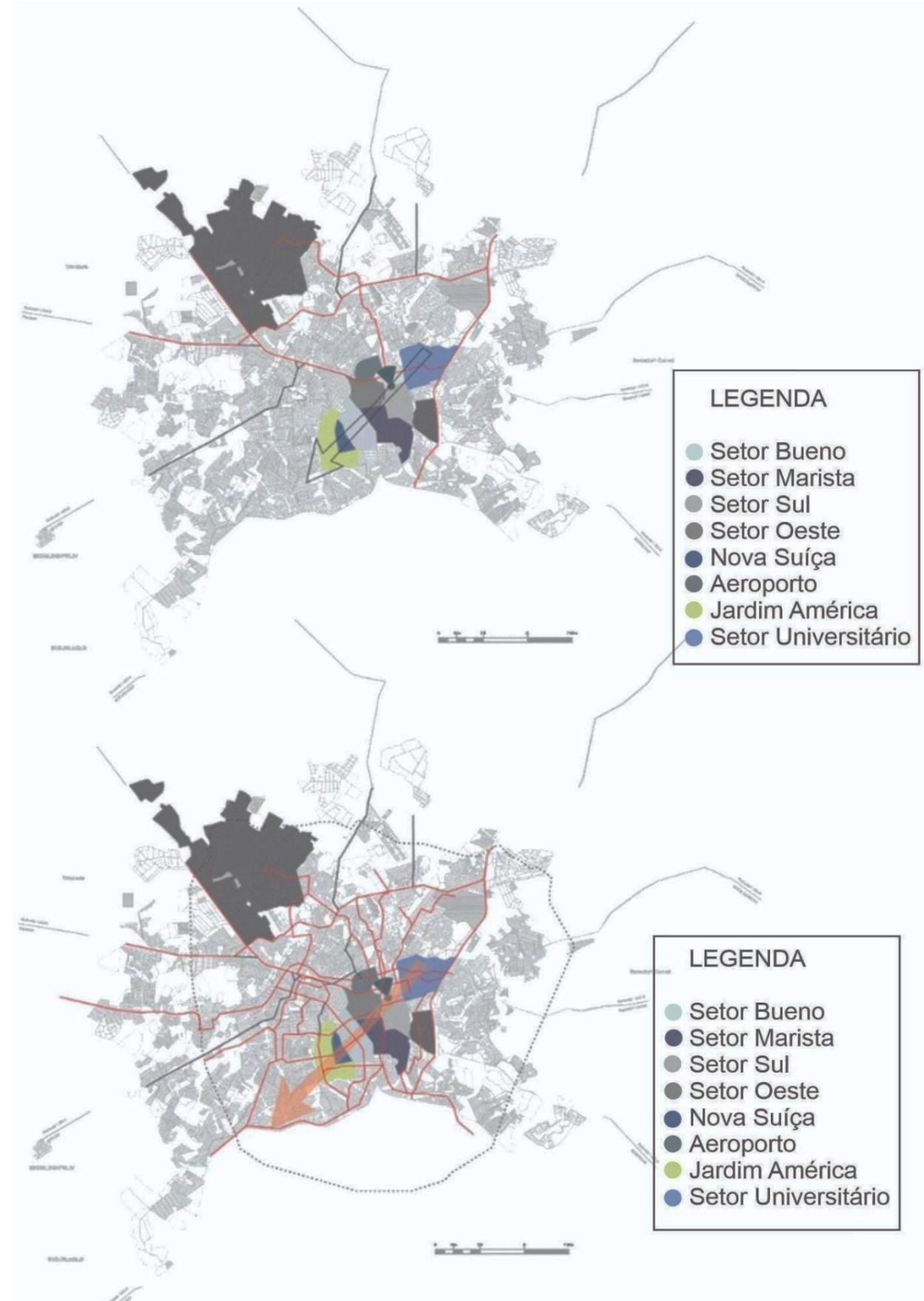
Alguns instrumentos importantes da Reforma Urbana foram propostos, como: o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (criado em 1991, mas que demonstrou pouca força política em momentos importantes), IPTU progressivo (nunca efetivado), fundos especiais, outorga onerosa de solo criado, parcelamento e edificação compulsórios e operações urbanas (prevista anteriormente na legislação municipal como “Projeto Diferenciado de Urbanização”, lei de 1983) (AMARAL, 2007, p. 11).

O estudo das diretrizes urbanas a serem retomadas em Goiânia pelo PDIG-2000 seria desenvolvido pelos técnicos do IPLAN com a consultoria de uma empresa. Assim, este plano “(...) pretende ser o mais completo conjunto de diretrizes para o desenvolvimento da cidade, é de um ano, e ao seu término poderá ter um início uma fase mais moderna e atual de planejamento urbano (...) (ibid., n.p.)”. Outro fator elencado é o crescimento verticalizado de Goiânia, exemplificado pelo Setor Oeste, que gerava um adensamento urbano e sobrecarregava a infraestrutura da rede de água, esgoto e viário da cidade, como é analisado pela autora:

Assim como o Setor Oeste, outros que circundam o Centro estava previsto no projeto original de Goiânia para abrigar habitações unifamiliares e por isso a infraestrutura com redes de água, esgoto e sistema viário passou a ser sobrecarregada, obrigando a Prefeitura a gastar muitos recursos, que poderiam ser empregados em outros bairros. E o adensamento continua aumentando, de forma que outras regiões sofrerão os mesmos problemas em breve (PONTES, 1983, n.p).

Para Moysés (2004, p. 176), o PDIG/2000 não alcançou a pretensão de uma cidade menos onerosa e segregada. Uma vez que, os instrumentos de ordenamento de controle urbano da expansão da cidade tornaram-se ineficazes com a revogação da Lei 4.526, que exigia a implantação de infraestrutura por parte do loteador, e a aprovação da Lei 7.222, que estabelecia condições especiais de parcelamento do solo, nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município de Goiânia, e a não regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Além disso, na afirmação de Oliveira (2005, n.p), o eixo de desenvolvimento da cidade se especializou na distribuição espacial socioeconômica do PDTU — Plano Diretor de Transporte Urbano de 1985. Nesse plano, a população de alta e média renda se localizava na região central e sul; com a concentração da população de média renda na região central, sul e oeste; já “a população de baixa renda localizava-se em loteamentos irregulares, invasões de fundo de vales, conjunto populares, bairros periféricos distantes, zona situada ao norte da ferrovia, região norte e noroeste” (OLIVEIRA, 2005, n.p). O que mostrou, como se pode ver na (Figura 2), que a infraestrutura é o principal indicador do desenvolvimento de uma área urbana.

Figura 2-
Espacialização socioeconômica proposta pelo PDIG-2000 (Oliveira, 2005).
Fonte:
Elaborado pela autora, 2018



Dessa forma, o potencial da infraestrutura como elemento impulsionador de desenvolvimento foi utilizado tendenciosamente como instrumento político/ideológico do poder do Estado e do capital imobiliário como meio de 'distribuir' as classes sociais na estruturação do espaço.

A REGIÃO NOROESTE NO CONTEXTO URBANO

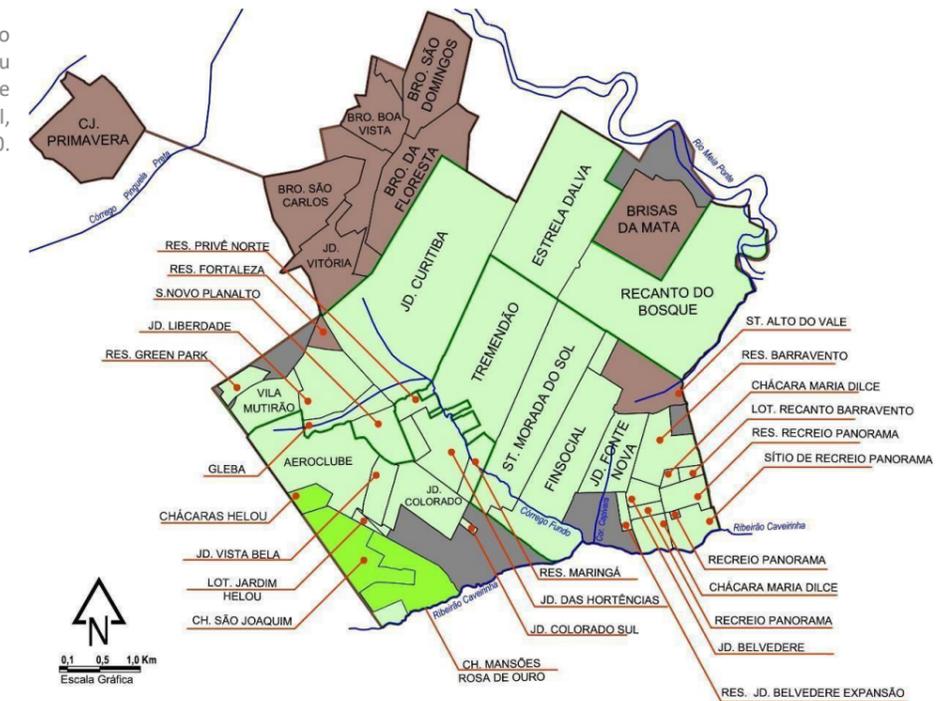
Os aspectos da paisagem da Região Noroeste de Goiânia, anteriores a sua ocupação urbana, remetem à escolha do lugar de implantação para a nova capital que, por ser delimitada por mananciais como o córrego Meia Ponte, Ribeirão Caveiras, Córrego Fundo e possuir uma vegetação nativa, tinha como uma das funções o abastecimento hídrico. Esse era um dos aspectos técnico, sanitário e ambiental que abrangeram conceitualmente o plano urbano proposto por Atílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy para a implantação da nova cidade. Com isso, a Região Noroeste se destacou no planejamento de Goiânia por ter "às condições hidrológicas, condição fundamental para a sede poder ser abastecida com quantidade suficiente de água", (MANSO, 2001, p.77). E, portanto, como se pode observar na (Figura 3), atendia a uma das condições para que o local de implantação da nova capital fosse aprovado.

Figura 3-Situação dos loteamentos de Goiânia em 1964.
Fonte: Daher (2003).



² Segundo Manso *et al* (2010), as chácaras Helou, formadas por 42 lotes, pertenciam a Barbahan Helou.

Figura 4 — Localização das chácaras Helou destacada em verde.
Fonte: Manso *et al*, 2010.



Nessa perspectiva, o plano original de Atílio Correa Lima para a Região Noroeste, juntamente com a Região Norte da cidade, destinava-as à preservação rural, tendo como função ser fonte de abastecimento hídrico para fins agrícolas e para o abastecimento da população (OVG, 1999; Manso *et al*, 2010). Mesmo assim, segundo Manso *et al* (2010) ainda na década de 1950, com o decreto nº 58 de 25/10/1950, se registrou na Região Noroeste o que seria a sua primeira ocupação com a criação das Chácaras Helou², (ver Figura 4), destinada a estâncias de lazer e/ou moradias rurais.²

Assim, ainda segundo Manso *et al* (2010):

(...)Apenas no final da década de 60 houve uma tímida continuidade na ocupação da referida região, seguindo o mesmo padrão de loteamento, com a criação das Chácaras Mansões Rosa de Ouro e das Chácaras de Recreio São Joaquim, a partir de um decreto de 16/05/1969, realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão responsável pela situação fundiária das áreas territoriais em meio rural (...) (MANSO *et al.*, 2010, p. 11).

Pelos "(...) dados da SEPLAM, apenas seis loteamentos haviam sido lançados nos anos 1960, assim mesmo todos destinados a conjuntos habitacionais e sítios de recreio" (MOYSÉS, 2004, p. 162). Esse processo de transformação da Região Noroeste de Goiânia de espaço rural a espaço urbano, ainda que precário, ocorreu mais enfaticamente durante a década de 1970, quando a taxa de crescimento periférico aumentou em relação ao núcleo urbano, como apresentado pela Tabela 1:

Tabela 1- Relação núcleo e periferia das aglomerações metropolitanas. Fonte: Brito e Souza (2005)

Aglomerados	Taxas de Crescimento Anual do Núcleo e da Periferia dos Aglomerados Metropolitanos Brasil - 1970-2000					
	Núcleo			Periferia		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
Total dos Aglomerados	3,49	1,50	1,21	5,32	3,28	2,99
Belém	3,95	2,65	0,31	9,26	5,36	14,29
Fortaleza	4,30	2,78	2,15	4,18	5,42	3,31
Recife	1,27	0,69	1,03	5,11	2,96	1,82
Salvador	4,08	2,98	1,84	6,91	4,31	3,62
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,11	7,45	5,11	3,97
Rio de Janeiro	1,82	0,67	0,74	3,39	1,49	1,66
São Paulo	3,67	1,16	0,85	6,37	3,22	2,81
Campinas	5,86	2,24	1,50	7,56	4,79	3,33
Curitiba	5,34	2,29	2,13	7,24	4,72	5,15
Porto Alegre	2,43	1,06	0,83	5,30	3,71	2,16
Goiânia	6,54	2,31	1,90	7,48	10,94	7,01
Brasília	8,15	2,84	2,77	7,38	7,00	7,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970 a 2000.

O período dos anos de 1980–90 acelerou o processo de urbanização da Região Noroeste, com novos bairros populares como o Jardim Nova Esperança (1979) e ocupações organizadas pela União das Invasões, movimento social em prol do direito à moradia. Este movimento era formado principalmente por moradores do Jardim Nova Esperança que já haviam conseguido conquistar algumas benfeitorias urbanas (RODRIGUES, 2008, p. 83).

Conforme a autora supracitada, a “luta por doação dos lotes iniciou em 1982, quando a União das Invasões elaborou um projeto para que fossem doadas todas as áreas ocupadas pelas famílias que não dispunham de casa própria” (ibid., p.83). Dessa forma, o processo de planejamento da cidade de Goiânia revelou uma dicotomia entre o espaço urbano planejado e a sua efetivação no território. As políticas públicas criaram o paradoxo entre a consolidação da estrutura da malha urbana da cidade planejada e a formação de parcelamentos irregulares situados em áreas periféricas que eram ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo e que exigia seu direito à moradia.

(...) No entanto, enquanto o governo construía uma cidade criteriosamente planejada, contraditoriamente, em paralelo, os trabalhadores construía nas proximidades do traçado urbano em implantação, uma cidade “popular”, delineando assim, as primeiras áreas de invasões (denominadas em Goiânia, áreas de posse (MORAES, 2003, p. 16).

Essa cidade “popular” se relacionava a um urbanismo periférico no espaço marginal da cidade, onde a população trabalhadora de baixa renda construía o seu habitat que, por sua vez, “não garante moradia digna, urbanização, equipamentos sociais e transporte coletivo de qualidade” (ibid., p. 17). Esse processo, como é explicado pela autora, decorreu também da capitalização da

propriedade fundiária que não incluiu nas áreas urbanas as pessoas de baixa renda que buscavam uma melhor condição de vida no centro urbano. Como podemos compreender a seguir:

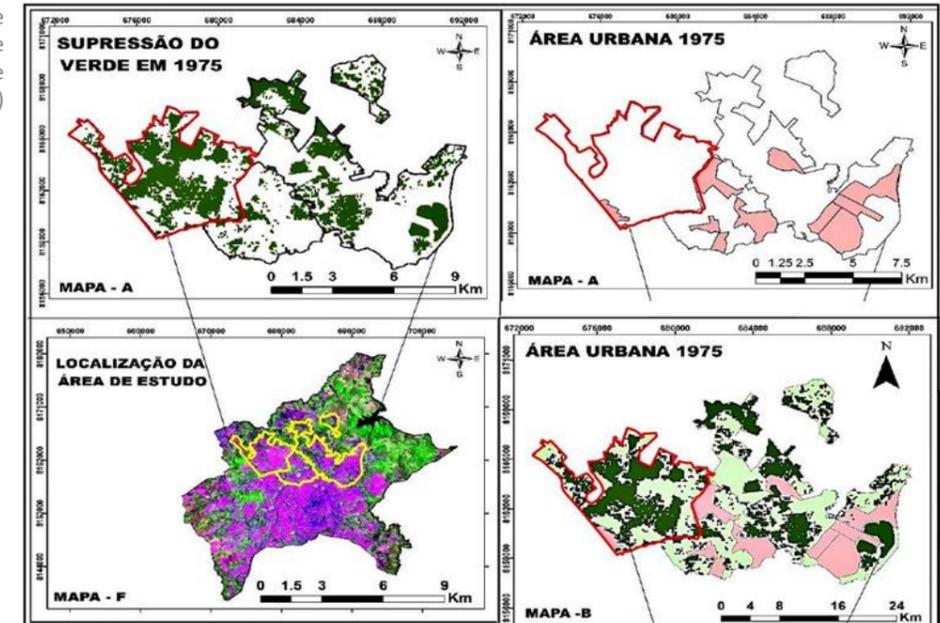
O problema de invasões urbanas não é novo- ele apenas atingiu, ultimamente, um nível mais crítico e socialmente preocupante, em decorrência do agravamento de suas causas diretas e indiretas, como êxodo rural, a ausência de uma política de fixação do homem no campo e nas cidades de pequeno e médio portes, a inexistência de uma política habitacional correta e atual crise econômica, que atinge com igual impacto todos os estratos sociais situados na esfera da classe média e abaixo dela (IPLAN, 1984, p. 1).

Essa conjuntura é exposta na leitura do mapa de Ramos (2016) (Figura 5), onde a Região Noroeste é apresentada no ano de 1975 como uma extensa área verde, com os vestígios de algumas ocupações esparsas irregulares pois, “o espaço da Região Noroeste era, em sua totalidade, zona rural, portanto não adequado ao parcelamento urbano” (MOYSÉS, 2001, p. 2):

O bucólico, a cobertura vegetal e a exuberância de sua bacia hidrográfica, que se destacavam como paisagem predominante, foi sendo substituída pelos elementos urbanos nela construídos, degradando-a gradativamente e dando-lhe novos elementos que modificaram seu meio físico e sua legalidade (MOYSÉS, 2001, p. 293)

Assim, por não ter acesso à terra e a uma condição financeira para construir a sua moradia, as pessoas de baixa renda foram impelidas a ocupar os vazios urbanos de propriedade pública e/ou privada. Como foi ressaltado por Moysés (2001) e pela análise dos mapas de Ramos (2016), a Região Noroeste de Goiânia configurava uma paisagem predominantemente natural que foi sendo moldada

Figura 5 - Mapa referente a Goiânia com destaque para a Região Noroeste. Fonte: Ramos (2016)



Legenda
 □ Goiânia
 ■ Área de vegetação
 ■ Área urbana
 ■ Área de estudo

e transformada em uma paisagem urbana a partir das ocupações 'irregulares' e extensivas que ocorrem mais enfaticamente no ano de 1979.

A VOZ DOS TRABALHADORES (1979): ANÁLISE DO JORNAL INFORMATIVO

Em 1979, a precariedade da ocupação urbana da Região Noroeste começa a ser fortemente questionada pelos movimentos e associações locais, que denunciavam o desemprego, o êxodo rural, a especulação imobiliária (altos aluguéis) e a crise de moradia na cidade planejada. Como parte desse processo sociopolítico de luta por direito à cidade, o Movimento do custo de vida do Estado de Goiás organizou um pequeno jornal informativo, a Voz dos Trabalhadores. Esta pesquisa inclui uma análise deste jornal como forma de compreender as demandas da comunidade residente na Região Noroeste e como sua organização e mobilização política foi relevante para a consolidação da área.

Como podemos interpretar a partir dos relativos recortes dos jornais informativos do período, como na (Figura 6) abaixo.

No (A Voz..., nov.1979 b, p.2), (Figura 6), temos duas charges; a primeira mostra um grupo de homens e mulheres, de roupas simples, lendo o primeiro volume do jornal que informa em seu título, *A voz dos trabalhadores (1979)*, sendo um jornal informativo dedicado aos trabalhadores. Já na segunda charge, vemos representar uma família de retirantes, formada por um casal e seus três filhos. Na imagem, temos uma mulher que carrega, além de uma criança de colo, uma trouxa, que parece ser de roupa, em cima da cabeça, enquanto uma criança menor segura a barra da sua saia. Além disso, a mulher apresenta um contorno ovalado no quadril, sugerindo uma possível gestação. Já ao seu lado direito, tem-se um homem de chapéu, que também carrega uma trouxa e uma enxada. Ao

seu lado, seguindo os seus passos, tem uma menina um pouco maior que as outras duas crianças, segurando também uma trouxa. A família caminha vindo de um percurso que não tem nem um início e nem um fim definido, o que faz surgir uma indagação inicial do seu destino. Uma vez que a introdução do texto anuncia que essa família representa o êxodo rural, onde os lavradores e pequenos proprietários perderam suas terras para os grandes proprietários. Esta crítica se coaduna àquela de Moysés :

Essa “nova cidade”, diga-se, emerge sem que o planejamento exerça qualquer forma de controle. A cidade de hoje nasce em 1950, quando se desestrutura o seu espaço urbano. Em 1979, quando a população pobre, chamada sem-teto, organiza-se e planeja a “invasão dos espaços vazios” reservados pela especulação, um “momento novo” inicia-se, cuja arena será a região Noroeste da cidade. Os atores são a população pobre, sem moradia e organizada, o Estado, e os detentores de chácaras de recreio e de glebas de terras, que as loteiam clandestinamente (MOYSÉS, 2004, p.127).

As características das pessoas que formam esse movimento pela luta da moradia são reforçadas pela imagem que estampa a página 9 do jornal informativo do movimento do custo de vida do Estado de Goiás, *A Voz dos trabalhadores*, (Figura 07). Nele, como plano de fundo, tem-se dois homens, um vestido de macacão, com um capacete na cabeça e uma pá na mão esquerda, representando possivelmente o trabalhador operário, abraça outro homem. Este, sem camisa e com um chapéu na cabeça, que por sua vez segura na mão direita uma enxada, representando assim o trabalhador rural.

Figura 07 — Jornal informativo do Movimento do custo de vida do Estado de Goiás.
Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019



Figura 6 – Jornal Informativo. A voz dos trabalhadores (1979).
Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019



Já no plano intermediário, temos duas mulheres, uma delas segura uma tigela vazia na mão direita enquanto com a mão esquerda dá a mão a uma criança nua e descalça, que a observa colocando a mão sobre a barriga inchada; como que dizendo que está com fome. Essa mulher tem o semblante magro e tristonho, e a sua humildade é ressaltada pelos pés descalços. O mesmo ocorre com a mulher do seu lado esquerdo, que também descalça, equilibra na cabeça uma enorme trouxa enquanto com uma das mãos apalpa a barriga de gravidez.

Por fim, no primeiro plano, tem-se novamente uma mulher cabisbaixa, com um lenço amarrado na cabeça, que segura com as duas mãos uma vassoura e tem nos pés sandálias. Pela imagem pode-se inferir que, possivelmente, ela retrata uma dona de casa ou uma trabalhadora doméstica, retratando tanto trabalhadores do campo quanto da cidade.

Figura 08 — Jornal informativo, *A voz dos trabalhadores* (1979).

Fonte: cpvsp.org.br. Acessado em 18/09/2019

BEIRA DA CIDADE

A história do povo trabalhador é quase sempre a mesma: sai da roça porque não tem terra prá plantar. Na cidade não tem condição prá trabalhar, morar e pelo menos viver. Aluguel tá mais caro que o salário. Vai morar na invasão. Na invasão, tudo que é grandão quer tomar a morada. Mas o povo não fica parado não.

VITORIA DO POVO NA INVASÃO DA JOÃO VAZ

para tirar eles de lá. Quem entrou com a ação foi o Grupo Econômico CARFEPE S/A do qual faz parte a Goiás Arroz e CAGIGO.

Mas antes que os moradores pudessem fazer sua defesa, numa madrugada chegaram lá umas patrôlas da Prefeitura e 100 soldados da polícia Militar (PM). Chegaram e foram derrubando os barracos. E o material foi carregado não se sabe para onde.

Os moradores não desanimaram, enfrentaram a polícia e as patrôlas. Aí o prefeito foi lá, reconheceu ser ele o responsável e prometeu devolver o mate-

Os moradores da invasão fizeram um abaixo assinado, dirigido ao prefeito de Goiânia, onde contam sua história dizendo que:

"Somos trabalhadores rurais que tivemos que abandonar as lavouras, despeja-

Na charge de título, *Beira da Cidade* do (*A voz dos...*, nov.1979), (Figura 08), tem-se a visualização de uma enorme máquina de patrôla destruindo as casas dos moradores que estariam, segundo a reportagem, ocupando a invasão. No lado esquerdo da imagem, temos um casal de crianças e um homem de chapéu que observam a patrôla arrastando os restos de construção da casa. Ao lado do homem, tem outro também de chapéu, mas de costas, que possivelmente observa as duas casas simples, ao fundo, que também foram destruídas.

Também no lado direito, temos três figuras de capacetes: a primeira de costas segura um bastão, poderia ser um fiscal observando o cumprimento da ação da patrôla, já que a sua figura se difere pelos braços finos, das outras duas, que mostram dois homens uniformizados, de braços musculosos, segurando um escudo e cassetete. Esses dois representam a força policial, em que um deles já se mantém em posição de reação, com o cacete levantado. A expressão facial de ambos é fechada, com os olhos e a boca arqueados como que com raiva, observam e intimidam os homens e as duas crianças do outro lado. O que se confirma pelo seguinte trecho da reportagem:

Mas antes que os moradores pudessem fazer sua defesa, numa madrugada chegaram lá umas patrôlas da Prefeitura e 100 soldados da polícia Militar (PM). Chegaram e foram derrubando os barracos. E o material foi carregado não se sabe para onde. (*A VOZ DOS TRABALHADORES...*, nov.1979)

Em ambos os recortes, (Figuras 07, 08), do jornal *A Voz dos Trabalhadores*, número 0 de novembro de 1979, relata duas situações em seu enunciado; a primeira, era do êxodo rural provocado pela expulsão dos moradores, explicitando a problemática das condições de vida dos migrantes oriundos das áreas rurais, que começaram a ocupar as áreas ociosas da cidade, porque não tinham condições financeiras para comprar um lote ou alugar uma casa na cidade. Logo, acabavam por construir barracos, como afirma a reportagem, e a se organizarem enquanto movimento social, já fazendo um traçado urbano da ocupação para mostrar tanto a intenção de permanência na área quanto de pressionar a prefeitura a desapropriar a área.

Para Moysés (2004) as medidas promovidas pelo governo para legalizar a ocupação da Região Noroeste se deram por meio dos Atos Institucionais em vigor durante a década de 1980. Posteriormente, com a intensificação da ocupação da Região Noroeste, o poder público sozinho ou em parceria com a iniciativa privada começa a parcelar a área, mesmo ela não sendo destinada para o uso urbano. O "argumento principal era que se tratavam de parcelamentos que visam a melhoria de vida da população pobre e como tal a lei deveria ser mudada para legalizá-los" (OVG, 1999, p.10).

Assim, Moysés (2004, p 313) apresenta alguns atos de caráter geral, como: a Lei Federal n.º 6.766 de 19/12/1979 que era dotado sobre o "parcelamento do solo urbano"; assim como a Lei Municipal n.º 5.735 de 19/12/80 que "Dispõem sobre a disposição das áreas urbanas e de expansão urbana... e zonas de uso..." e o Ato referente a "De Alteração da Zona de Expansão Urbana com a Lei Municipal n.º 4.832 de 31/12/1973 que Modifica a Lei n.º 4.525 de 31/12/1971". Essas leis,

para o autor, demonstram o posicionamento do governo e já apontavam que a Região Noroeste seria configurada como um núcleo da população de baixo poder aquisitivo e que representava, no âmbito maior, o reflexo da urbanização de Goiânia.

Frente a isso, elencam-se os novos moradores (ocupantes 'ilegais'), os proprietários privados, o Estado e a Igreja como os atores sociais para a compreensão da formação da Região Noroeste como espaço urbano. Dessa forma, é pelo entrecruzamento das narrativas do processo de ocupação do homem no espaço, que constrói e o modela para as suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo refletiu, pela análise histórica, sobre a simultaneidade da produção do espaço da Região Noroeste, como sendo marginal ao processo de consolidação da malha edificada da capital. Esse processo teve como principais agentes sociais os novos moradores (ocupantes "ilegais"), os proprietários privados, o Estado e a Igreja Católica.

O crescimento de Goiânia ocorreu devido a dois principais fatores, o 1) pelo excesso de parcelamentos sem critério de urbanização, decorridos da especulação imobiliária, o que acabou por provocar a implantação de parcelamentos urbanos irregulares e fora da malha urbana edificada, o que resultou em uma "desorganização dos territórios municipais"; e o 2) A cidade havia se tornado um polo atrativo de migrantes devido ao êxodo rural, no qual os trabalhadores da zona rural viam o centro urbano como uma possibilidade de melhora de vida. Esses dois fatores acabam por gerar o crescimento "desordenado" da capital.

Nesse processo, a Região Noroeste ainda era legalmente uma área rural, não propícia à urbanização, com função de abastecimento hídrico da cidade. No entanto, já na década de 1950 havia uma primeira ocupação com chácaras de recreio, destinado à estância de lazer ou moradias rurais. Em meados de 1970, com o aumento do núcleo periférico em Goiânia, revela o problema da crise da habitação, onde a população de baixo poder aquisitivo teve que ocupar o espaço marginal da cidade e que não era propício a ser ocupado. No entanto, em meados dos anos de 1980 o Estado voltou a promover assentamentos para famílias em áreas de risco para desarticular os movimentos políticos e sociais pela luta pela Casa própria.

Os recortes do Jornal Informativo A voz dos trabalhadores (1979) ainda narra a dificuldade do "povo trabalhador" em ter um lugar para morar na cidade. Isso, devido ao alto valor do preço do aluguel na cidade, o que os levou a ocupar os vazios urbanos. Por sua vez, o Estado usava da força policial para destruir os "barracos" e forçar a desocupação dessas mesmas áreas.

Dessa forma, compreendemos que na década de 1970 e 1980, com o aumento do déficit habitacional e por consequência das ocupações urbanas irregulares na cidade e nos seus limites urbanos, o governo estadual foi pressionado a tomar

medidas para um ordenamento e planejamento do desenvolvimento urbano de Goiânia. Nesse sentido, a partir das leituras até esse momento, se estabelece o nexos entre a discussão do crescimento de Goiânia, provocado de certa maneira pelo poder público tanto estadual goiano quanto por iniciativa privada; com a implantação e autorização de parcelamentos urbanos irregulares que acabaram por provocar a discussão sobre as problemáticas do planejamento urbano da cidade com o déficit habitacional, que por sua vez levou a população de baixo poder aquisitivo a se organizar internamente em busca dos seus direitos à cidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Camilo Vladimir de Lima. **Três Planos (Diretores) do Palimpsesto Urbano de Goiânia**. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém. Programa e Resumos XII ENANPUR. Belém: ed. ENANPUR, 2007. p. 145.

AMARAL, Enersto F.L. **Região Metropolitana de Goiânia: Planejamento urbano, indicadores demográficos e possibilidades de pesquisa**. Open Science Framework, 2018.

BORGES, Elcileni de Melo; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; COSTA, Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa. **Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: o caso da Região Metropolitana de Goiânia**. Geo UERJ, n. 30, p. 122-144, 2017.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. **Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

GOIÁS. **Análise do Desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Goiânia**. In: Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia. Goiânia, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: Cidades: Goiânia. IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: fevereiro de 2024.

IPPLAN, Instituto de Planejamento Municipal. **Diagnóstico do Setor Finsocial. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia**, 1984.

LIMA, Vinícius Luz de. **A Passagem do planejamento urbano moderno ao contemporâneo em Goiânia: os setores Bueno e Bela Vista nas décadas de 1990 e 2000**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Reforma Urbana: limites e possibilidades de uma trajetória incompleta**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.

MANSO, Celina Fernandes Almeida; BOAVENTURA, Deusa Maria R; ALBUQUERQUE, Luana Ferreira de; et al. **A formação do espaço construído e a transformação do ambiente natural das Regiões Norte e Noroeste de Goiânia - (1970/2000)**. Programa Voluntário de Iniciação Científica da UEG-PVIC/UEG, graduandos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UnUCET-Anápolis UEG, 2010.

MOYSÉS, Aristides. **A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sociopolítica.** In: II Encontro “Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida. O desafio para as cidades no século XXI”. Belém, Pará: [s.n.], 2001.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada.** Goiânia: UCG, 2004.

MOTA, Juliana Costa. **Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano.** Dissertação (mestrado), Escola de Engenharia de São Paulo- Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira; OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia- GO.** GEOgrafia, v. 17, n. No 34, p. 141–167, 2015.

OVG-Organização das Voluntárias de Goiás. **Tipificação dos Equipamentos Sociais da Região Noroeste de Goiânia. Goiânia: Recursos Naturais, Meio Ambiente, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Social, 1999.**

PONTES, Martinez. **CRESCIMENTO desordenado leva ao caos. Sem planejamento, Goiânia vê problemas se avolumarem.** Documento nº 711.522 (078.5). Levantamento sócioeconômico Vila Finsocial. Goiânia, 1983.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas.** Estudos Avançados, v. 17, n. 47, p. 187–196, 2003.

RAMOS, Helci Ferreira. **Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano das regiões norte, noroeste e meia ponte do município de Goiânia (1975 – 2015).** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

REZENDE, Sandra Catharinne Pantaleão Resende; VILARINHO, Luana Chaves. **Plano de desenvolvimento integrado (PDI), áreas de especial interesse social e adensamento urbano de Goiânia.** Revista Mirante, v. 10, n. 5, p. 101–126, 2017.

RODOVALHO, Marcia Oliveira. **Análise do planejamento urbano e efetividade dos planos diretores de Goiânia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

RODRIGUES, Maria de Jesus. **Retalhos de Lembranças.** Goiânia: Editora Kelps., 2008.

SEPLANH, **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação. Superintendência de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável.** Comissão Executiva do Plano Diretor. Relatório Técnico de Revisão do Plano Diretor de Goiânia. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia.





anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:
Título: Grande Hotel I
Técnica: Dobradura sobre fotografia
Dimensões: 45x55x5 cm
Data: 2023